

Metrópole



PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Primeiro voto no STF é por vacina obrigatória. Pág. A17 }

NOTÍCIA NO SEU TEMPO

Quer informação com qualidade e praticidade?

Acesse o PODCAST pelo QR CODE e confira as principais notícias do Brasil e do mundo.

OFERECIMENTO **veLoe** ESTADÃO

Começo da vacinação ainda depende do registro dos imunizantes; lançamento de ação anticovid marcou mudança de tom do presidente: Bolsonaro pregou 'união' com Estados pelo 'bem comum' e minimizou 'exageros'. Também foi adicionado ao plano a vacina da Janssen

Bolsonaro inclui Coronavac em plano e imunização pode começar em fevereiro

Mateus Vargas / BRASÍLIA

Considerando pela primeira vez o uso da vacina chinesa Coronavac, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, estimou ontem que o governo deve começar a imunização contra a covid-19 no País em “meados de fevereiro”. A nova previsão, que depende do registro e da compra dos imunizantes, foi anunciada em entrevista após o lançamento do plano nacional de imunização, em evento no Palácio do Planalto que marcou mudança de tom do presidente Jair Bolsonaro sobre o tema.

Após meses de embate com governadores sobre o enfrentamento da pandemia, Bolsonaro pregou “união” com autoridades estaduais pelo “bem comum” e minimizou “exageros” ocorridos. O governo tem sido pressionado a apresentar soluções, após Reino Unido e Estados Unidos começarem a vacinar. Por outro lado, o Brasil assiste a uma escalada de mortes – ontem, pela segunda vez consecutiva, o País superou 900 registros em 24 horas, segundo dados do consórcio de imprensa coletados com as secretarias de saúde.

No plano apresentado ontem, incluiu a Coronavac, desenvolvido pelo laboratório chinês Sinovac e do Instituto Butantã, ligado ao governo de São Paulo, comandado por João Doria (PSDB), rival de Bolsonaro.

A gestão Helder Barbalho (MDB), do Pará, disse que técnicos do ministério afirmaram, em reunião com governadores,

que a pasta prevê fechar esta semana contrato com o Butantã para comprar 45 milhões de doses. Segundo o governo paraense, a previsão informada pelo Butantã seria de 20 milhões de doses até 30 de janeiro. O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), também citou que o ministério espera ter doses disponíveis já no mês que vem.

Em nota, o Butantã disse que enviou proposta ao ministério para fornecer doses em janeiro, mas não citou datas ou quantidades. Caso a União confirme a compra, prossiga o instituto, o envio do produto ocorrerá tão logo haja registro da Anvisa. Indagado sobre as falas dos governadores, o ministério voltou a dizer que “não há data definida para início da vacinação” e afirmou que o calendário depende de registro na Anvisa.

Para começar em fevereiro, Pazuello disse na entrevista coletiva que Butantã e Fiocruz devem entregar dados finais dos testes clínicos à agência ainda em dezembro. “Aí teremos janeiro para a análise da Anvisa e possivelmente em meados de fevereiro para frente estejamos com essas vacinas.” A Fiocruz, vai produzir doses do imunizante da Universidade de Oxford e do laboratório AstraZeneca

Mas os cientistas responsáveis pela vacina de Oxford já reconheceram erros nos testes e a necessidade de ampliar ensaios clínicos para medir a eficácia, o que deve atrasar o registro. Já o Butantã trabalha para o registro da Coronavac e diz que os dados finais chegam à Anvisa no dia 23.

Especialista critica falta de máscara, mas vê plano eficiente

● O plano foi avaliado como “eficiente” e “dentro do previsto” por especialistas. Só a cerimônia de apresentação foi alvo de críticas pelo não cumprimento das medidas de segurança, como uso de máscara. “Foi um péssimo exemplo para a população”, avalia Natalia Pasternak, doutora em microbiologia pela USP.

Presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), Renato Kfoury acredita que o governo não teria como estipular uma data de início para a imunização agora. “O plano técnico está bem desenhado, as populações

Outro discurso. O evento teve a presença de governadores da oposição, como os petistas Wellington Dias e Camilo Santana, do Ceará, e Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte. Doria não foi. “Se algum de nós extrapolou, ou exagerou, foi no afã de buscar solução”, afirmou o presidente. Em declarações anteriores, ele preferiu o confronto. Em outubro, chamou a Coronavac de “vacina chinesa de João Doria” e disse que não compraria o imunizante. No mês seguinte, comemorou quando os estudos foram interrompidos.

A mudança de tom ocorre após queda da avaliação positiva de Bolsonaro, de 40%, em setembro, para 35%, segundo da-

vulneráveis foram bem destacadas e as orientações do corpo técnico incorporadas.” Além disso, a epidemiologista Carla Domingues, ex-coordenadora do Plano Nacional de Imunizações, interpretou o tom comedido do presidente Jair Bolsonaro durante o evento como um avanço. “Com a presença dos governadores, independente dos partidos, parece ter havido uma união importantíssima para que a campanha de vacinação seja exitosa.”

O sentimento é compartilhado por Wilames Freire, presidente do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). “Havia uma corrida de Estados atrás de São Paulo para garantir a vacina. Acho que isso coloca um ponto final nessa disputa política.” / JOÃO KER

dos do Ibope. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ao **Estadão** semana passada que a demora para iniciar a vacinação é o “maior erro político” do presidente e pode afetar o projeto de reeleição. A pressão contra o governo aumentou após Doria prever o início da campanha de vacinação em São Paulo em 25 de janeiro.

No evento ontem, Pazuello disse que há “desinformação” sobre a capacidade do Brasil de conduzir a vacinação. “Para quê essa ansiedade, essa angústia? Somos a referência da América Latina (em imunização)”, disse. “Todas as vacinas produzidas no Brasil, ou pelo Butantã, ou por Fiocruz ou qualquer indús-

tria, terá prioridade do SUS. Isso está pacificado.”

Na nova versão do plano, a pasta afirma já negociar cerca de 350 milhões de doses para 2021, o suficiente para imunizar 175 milhões de pessoas no País. Além dos acordos já mencionados na versão anterior do plano, que incluíam as vacinas de Oxford/ (210 milhões), consórcio Covax Facility (42,5 milhões) e Pfizer (70 milhões), o ministério adicionou ao planejamento 38 milhões de doses do imunizante da farmacêutica Janssen, também testado no Brasil. Conforme o governo, 3 milhões de doses dessa vacina seriam ofertadas no 2º trimestre de 2021; 8 milhões, no 3º trimestre; e 27 milhões, no 4º trimestre.

Seringas. Paulo Henrique Fraccaro, superintendente da Associação Brasileira de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos, garantiu que não faltará seringa. Com pregão para a compra marcado para o dia 29, afirmou que haverá tempo para que as 330 milhões de seringas que o governo quer comprar sejam entregues de modo escalonado. “Não dá para ser entrega única, mas o momento é positivo. Há três semanas não tínhamos ideia de quando seria o pregão.” Todas as empresas brasileiras produtoras do material, diz, são capazes de entregar volumes mensais de 10 a 20 milhões. Já ainda importadoras devidamente regulamentadas atuando no País. / COLABORARAM ROBERTA JANSEN, FABIANA CAMBRICOLI, MARCO ANTÔNIO CARVALHO e JOÃO PRATA

Consentimento é ‘só para vacina emergencial’

BRASÍLIA

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse ontem que a exigência de que pacientes assinem um termo de consentimento antes de receber imunização contra a covid-19 deverá valer apenas para produtos autorizados de forma emergencial. Após o registro final do produto, isso não será necessário. A agência pode liberar de forma emergencial e temporária vacinas ainda com estudos finais em andamento no Brasil, desde que a aplicação seja feita no Sistema Único de Saúde e em grupos restritos, como idosos e profissionais de saúde.

“Não será exigido termo algum quando ofertarmos vacinas registradas, seguras e garantidas pela Anvisa”, disse o ministro após o lançamento do plano nacional de imunização. “Se um laboratório solicitar o uso emergencial e a Anvisa atender, para aquele grupo específico, e na quantidade limitada, as pessoas que participarem assinarão termo de consentimento. Só nesses casos.”

O governo de São Paulo informou no início da semana que não pedirá o uso emergencial da vacina Coronavac – apenas o registro definitivo. A ideia é ter os dados finais do imunizante em 23 de dezembro.

Até agora, a Anvisa ainda não recebeu pedido para liberar o registro ou uso emergencial de nenhuma vacina. O registro permite que ela seja distribuída a todos os públicos, inclusive na rede privada, mas o tempo de análise da agência nesses casos é de até 60 dias. Esse prazo pode encurtar se houver registro do imunizante por autoridade sanitária de alguns países, como EUA e China, ou se a farmacêutica tiver entregado parte dos estudos, caminho chamado de “submissão contínua”. No evento, Pazuello afirmou que outros países, como o Reino Unido, também exigem esse termo de consentimento.

O presidente Jair Bolsonaro anunciou a exigência dessa assinatura na segunda-feira passada. “Não é obrigatória. Vocês vão ter de assinar o termo se quiserem tomar. A Pfizer é bem clara no contrato: ‘Não nos responsabilizamos por efeito colateral’”, disse o presidente. /M.V.



Outro tom. No Planalto, ao lado de um Zé Gotinha de máscara, Bolsonaro se mostrou cordato: ‘Se algum de nós extrapolou, foi no afã de buscar solução’

PERGUNTAS & RESPOSTAS

350 milhões de doses em análise

1. Como está dividido o plano nacional de vacinação?

Na nova versão do plano, a pasta afirma já negociar cerca de 350 milhões de doses para 2021, o que seria suficiente para imunizar 175 milhões de pessoas no País. O plano apresentado ontem pelo governo mantém quatro fases de vacinação de grupos prioritários – e as três primeiras devem imunizar 49,65 milhões de

pessoas. Nessa etapa inicial, a ideia é usar doses da vacina de Oxford/AstraZeneca em profissionais de saúde, idosos e doentes crônicos, além de aplicar a vacina da Pfizer em trabalhadores da saúde nas capitais e regiões metropolitanas. O objetivo é usar essa vacina em locais com melhor estrutura de armazenamento, já que ela requer refrigeração de -70° C. A estimativa do governo é receber 2 milhões de doses da Pfizer no primeiro trimestre de 2021. O governo estima que cada uma das quatro fases de vacinação de grupos prioritários levará

30 dias. Depois, mais 12 meses para imunização total.

2. Houve alguma mudança nos públicos desde o plano inicial?

Após críticas de especialistas que participaram das discussões de elaboração do plano, o governo voltou a considerar a população carcerária como parte do grupo prioritário. O ministério incluiu ainda na população-alvo da campanha quilombolas, comunidades tradicionais ribeirinhas, pessoas com deficiência severa grave e

população em situação de rua. Também ganharam preferência na imunização trabalhadores do transporte coletivo e transportadores rodoviários de carga. “Na medida em que haja aprovação das vacinas, disponibilidade e cronograma de entregas, será possível a avaliação de qual fase esses grupos serão inseridos”, diz agora o plano nacional.

3. Há alguma vacina já autorizada para aplicação?

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda

não recebeu nenhum pedido para autorizar o uso emergencial ou o registro definitivo de vacinas contra a covid-19. Se houver registro, o imunizante pode ser distribuído a todos os públicos, até na rede privada, mas o tempo de análise desse tipo de autorização é de até 60 dias. A autoridade sanitária brasileira ainda estima que precisará de até dez dias para avaliar pedidos de uso emergencial, que podem servir apenas para aplicação no Sistema Único de Saúde (SUS), em públicos restritos, como de idosos ou profissionais de saúde.

4. Fevereiro é um prazo certo para a imunização?

Não. Só nas últimas semanas, o ministro Pazuello apresentou diferentes previsões, começando por março. Na semana passada, disse que poderia antecipar para fim de dezembro ou janeiro. Ontem, o ministro resistiu a cravar a data exata, sob o argumento de não querer vender ilusões. “A partir da vacina registrada, segura e eficaz, garantida pela Anvisa e recebida, em cinco dias nós iniciamos a distribuição nos Estados.”